

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Bruno Spada - Câmara dos Deputados



Hugo Motta quer votar proposta ainda em maio

Setores do Congresso apostam em demora na PEC do 6 x 1

Apesar do interesse do governo, do empenho do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do constrangimento imposto à oposição, a aprovação imediata do fim da escala de seis dias de trabalho por um de folga virou dúvida nos corredores do Congresso Nacional.

Isso, pela pressão de entidades empresariais e grandes grupos, como o JBS, que tem se mostrado contra a medida, até por seus efeitos na área rural. A empresa gigante dos irmãos Batista tem crédito com o governo: tem colaborado até na relação com os Estados Unidos.

O pouco tempo útil para a aprovação de uma proposta de emenda constitucional é outro obstáculo para o fim da seis por um.

Efeito Alcolumbre

Motta tem dito que pretende aprovar a PEC até o fim de maio, quando a proposta seguiria para o Senado.

Mas, lá, sua boa vontade seria substituída pela resistência do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), que, também pressionado por setores empresariais, poderia jogar com o esvaziamento do Congresso com as festas juninas e, depois, com a Copa do Mundo e o receso, que começa em 18 de julho.

Lula Marques/Agência Brasil.



Presidente do Senado: na Copa, bola pro lado

Alternativas

As eleições vão tratar de inviabilizar qualquer atividade mais efetiva do Congresso no segundo semestre.

Na prática, integrantes da oposição e do Centrão querem adiar a aprovação da PEC e ganhar tempo para criar formas de compensar pelo menos alguns setores empresariais ou estabelecer diferenças na implantação da proposta dependendo do ramo de atividade. Isso poderia incluir uma escala específica para o trabalho rural.

Ao governo restaria transformar a mudança em bandeira eleitoral, o que reforçaria o discurso do PT.

O futuro de Zema

Como a coluna antecipou em 6 de abril, o baixo índice de intenções de voto de Romeu Zema (Novo) em Minas Gerais tem complicado a manutenção de sua candidatura à Presidência. Integrantes da campanha de Flávio Bolsonaro já sugeriram o oferecimento da vaga de vice para o ex-governador, mas isso esbarra na resistência de Zema e no temor de estrategistas do pré-candidato do PL.

Chance de Lula

O problema é que uma quantidade maior de candidatos dificulta uma vitória do presidente Lula (PT) no primeiro turno — ele precisaria ter mais votos que a soma dos recebidos pelos adversários. Na última pesquisa AtlasIntel, ele ficou com 46,6% das preferências, contra 52,8% dos demais candidatos.

Deixa quieto

Sem Zema, a soma das intenções de voto cairia para 49,7%, ou seja, uma diferença de 3,1 pontos percentuais em relação a Lula, muito próxima da margem de erro da pesquisa, de dois pontos. Pelo sim, pelo não, por enquanto a campanha de Flávio acha melhor não mexer no tabuleiro das pré-candidaturas.

Café em NY

Amanhã, Zema e o senador Carlos Portinho (PL-RJ) — este, representante de Flávio Bolsonaro — tomarão café da manhã no escritório da XP, em Nova York. O local fica na Rua 46, que, até a década de 1990, concentrava lojas de brasileiros na cidade. Com sorte, dá pra conseguir um pão de queijo.

Inocentes

Diante da notícia de que Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, deixou de defender o senador Ciro Nogueira (PP-PI), um gaiato lembrou frase dita pelo advogado há mais de dez anos e citada pela revista Piauí. Em palestra para estudantes, ele afirmou que Deus lhe dera a graça de só defender inocentes. Os alunos riram.

Marisa e Fidel

No segundo volume da biografia de Lula, Fernando Moraes conta que, em 1990, Marisa Letícia da Silva, de maneira involuntária, quase conseguiu o que os EUA tentaram durante anos a fio: matar Fidel Castro. No Brasil para a posse de Fernando Collor, ele decidiu almoçar na casa de Lula e da então mulher.

Rolê assassino

O comandante pediu comida caseira, e Marisa fez um bife rolê. Mas alguém na cozinha resolveu cortar as pontas dos palitos que seguravam a carne. Fidel meteu tudo na boca e se engasgou com o palito, ficou roxo, sem respirar. Um segurança saltou sobre a mesa e arrancou o pedaço de carne da garganta do chefe.



Sóstenes: retorno da “anistia ampla, geral e irrestrita”

Oposição protocola nova PEC da Anistia

Após Moraes suspender Dosimetria, embate retorna

Por Rudolfo Lago

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes de suspender os efeitos da Lei da Dosimetria até que a Corte analise ações que foram impetradas contestando o texto levou a oposição a tentar ressuscitar sua ideia original de “anistia ampla, geral e irrestrita” aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Em sessão há duas semanas, o Congresso derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que reduz as penas dos condenados, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro. Na sua essência, o texto, relatado pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), evita sobreposições de crimes correlatos que aumentem a pena. No caso, por exemplo, de Bolsonaro, em vez, por exemplo, da soma de penas pelos crimes de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, valeria somente a pena mais grave, que é a de golpe de Estado. Bolsonaro está condenado a mais de 27 anos, hoje em prisão domiciliar.

Para evitar, no entanto, que a redução das penas pudesse valer também para outros crimes não relacionados com o 8 de janeiro (condenados por estupro ou outros crimes sexuais), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), fatiou o veto,

admitindo que ele fosse mantido nas partes que diziam respeito a esse risco. É isso o que está sendo contestado no STF: avalia-se se o Congresso poderia fazer esse fatiamento ou somente derrubar integralmente o veto.

Ações movidas pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pela Federação Psol/Rede fazem essa contestação. No sábado (9), Moraes, então, resolveu suspender qualquer efeito até que a questão seja julgada.

Diante da decisão tomada por Moraes, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), protocolou nesta segunda-feira (11) uma Proposta de Emenda à Constituição que retoma a ideia da anistia.

Essa era a ideia original. Diante das resistências, o próprio Alcolumbre resolveu articular uma saída negociada, que era a Dosimetria, a redução das penas. Parte do Congresso, especialmente o Centrão, seria contra a mera absolvição, mas consideraria que alguns dos condenados teriam tido penas muito severas.

“A resposta a esse novo abuso será dada dentro da Constituição e através do Parlamento (...) O Congresso Nacional não pode continuar assistindo passivamente à escalada de decisões monocráticas que ignoram a vontade popular”, diz a nota.

“Chegou a hora de o Parlamento reagir”, conclui o líder do PL na Câmara